

A POLÍTICA E O LULISMO: A DEMOCRACIA BRASILEIRA EM QUESTÃO
RESENHA DE
SINGER, ANDRÉ. O LULISMO EM CRISE. UM QUEBRA-CABEÇA DO PERÍODO
DILMA (2011-2016). 1. ED. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS,
2018. 389 P.

Marcus Vinicius Souza Perez de Cavalho¹

Esta resenha apresenta as principais teses e argumentos do livro *O Lulismo em Crise*, um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016), de André Singer. Nesse livro demonstra-se o processo de mudanças, tensões e conflitos políticos que ocorreram ao longo do período de governo da presidente Dilma (2011-2016) e as consequências desse período para o projeto político lulista. André Singer é professor titular do Departamento de Ciência Política da USP, também é colunista do jornal *Folha de São Paulo* e sua área de interesse contempla o espectro do comportamento eleitoral brasileiro e teoria política moderna.

A primeira parte do livro, intitulada “Os dramas do primeiro mandato”, é formada por três seções que constroem a argumentação do autor. Inicia-se com o texto “Cutucando onças com bases curtas”, no qual o autor discute o processo político que levou Dilma a perder apoio na esfera governamental, limitando o ensaio desenvolvimentista e orientando seu governo ao declínio.

A proposta de Dilma em considerar o apoio de uma coalizão entre industriais e trabalhadores para sustentar uma virada desenvolvimentista se mostrou frágil no exato momento em que essa coalizão foi abandonada pelos industriais.

Na medida em que os interesses produtivos foram contrariados pela ação estatal, houve o desenvolvimento de uma solidariedade intercapitalista. Com as intervenções do governo no controle do setor financeiro, o setor industrial baseou sua postura na ideia

¹ Bacharel (2017) e Licenciado (2016) em Ciências Sociais, o autor é aluno do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília - UNESP. ORCID: 0000-0003-4423-467X



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

de que “hoje foi ele, amanhã pode ser eu” (SINGER, 2018, p. 73). Para além do “estilo Dilma” de governar mais radical que o de seu antecessor, outras causas dificultaram sua governabilidade, como, por exemplo, a queda da lucratividade e o aumento das greves. Como consequência desse “intervencionismo” houve o fortalecimento de uma renovada “frente única burguesa em torno de plataforma neoliberal, [que priorizou] em particular o corte de gastos públicos e as reformas trabalhistas e previdenciária” (SINGER, 2018, p. 39). Essa fatia da burguesia renovada se tornou responsável por conduzir a exclusão da presidente no processo de mudança do cenário político e econômico.

Na segunda seção, “Erradicação da miséria, nova pobreza e nova classe trabalhadora”, é discutido o percurso e as transformações das classes e camadas econômicas da sociedade no período referente ao lulismo.

No ano de 2014 o lulismo alcançou seu ápice ao ter retirado 32 milhões de brasileiros do campo da miséria e ter afastado outros 30 milhões do espectro da pobreza. Entre 2003 e 2014, por volta de um terço da população, 60 milhões de pessoas, puderam assistir a uma relevante melhora de vida. Nesse contexto, houve uma delicada questão sobre esses sujeitos que estavam ascendendo socialmente por meio do consumo, migrando da miséria para a pobreza e da pobreza para a baixa classe média. Nesse contexto o autor indaga, “Do ponto de vista político, seria uma ‘nova classe média’ ou uma ‘nova classe trabalhadora?’” (SINGER, 2018, p. 79). O erro de interpretação do governo de Dilma, segundo Singer, foi de considerar esses sujeitos como pertencentes a uma “nova classe média”. Essa afirmação de Dilma foi considerada prejudicial para o desenvolvimento de seu ensaio desenvolvimentista.

Os sujeitos tratados por Dilma como a “nova classe média” não estavam presentes nos estratos medianos das classes sociais, e sim na esfera da pobreza, isto é, um trabalhador pobre vivendo na “zona de vulnerabilidade”. Esse erro político fez com que sua base social fosse fragmentada, levando esses sujeitos que ascenderam no período lulista aos braços da oposição, pois já havia um partido da classe média representado pelo Partido Social Democrata Brasileiro.

Na terceira seção, “A encruzilhada de julho”, o autor discute como se construíram as manifestações de junho de 2013 e quais foram seus desdobramentos. Nesse período houve um movimento massivo de manifestações que dividiu o primeiro mandato da presidente Dilma. Antes de junho, o governo apresentava boa aprovação e o lulismo estava colhendo os frutos das eleições municipais de 2012. Após as manifestações de julho o governo conseguiu recuperar em parte a sua avaliação positiva, mas os índices favoráveis não retornariam.

As manifestações de 2013 são divididas por Singer em dois momentos e por públicos específicos: o primeiro caracterizado por uma esquerda extrapetista que buscava

se conectar com a nova classe trabalhadora e seus incômodos; já o segundo momento foi construído por essa nova classe trabalhadora junto à classe média tradicional que estava cansada do “populismo” do PT. Essa mudança de público e, consecutivamente, de interesses ocorreu, em grande medida, pela discordância sobre a ação policial nos primeiros dias de manifestação. A violência policial para com os manifestantes atingiu civis e jornalistas, tornando-se o motivo que atraiu a atenção do grande público para os acontecimentos que até então eram pouco compreendidos. Desta forma, a tese defendida por Singer é de que junho de 2013 representou a junção de dois alcos contraditórios.

Nesse contexto, os partidos políticos que representam o centro, com PMDB como representante principal desse bloco, sobressaíram com seu relativismo pós-materialista. Ao produzir um cruzamento ideológico, o centro se tornou a principal posição individual, apresentando 31% das preferências do eleitorado. Como consequência, observou-se o recuo do lulismo e a ascensão do centro político junto ao PSDB, esse “seria o prólogo da crise do *impeachment*” (SINGER, 2018, p. 126).

Entre a primeira parte e a segunda há um Intermezzo Histórico intitulado “Três partidos brasileiros” em que o autor apresenta a principal tese do livro sobre as singularidades e semelhanças históricas entre os dois períodos democráticos em relação ao sistema político-partidário nacional. O autor demonstra a existência de um padrão entre o período de 1945-1964 e 1989-2014 mesmo com um intervalo ditatorial entre os períodos. A competição no sistema político-partidário foi desenvolvida por três partidos específicos e representam as características da luta de classes brasileira. Essa competição eleitoral foi regida no primeiro período, na maioria das vezes pelo conflito de dois partidos distintos, o partido dos “pobres” e o dos “ricos”, esquerda e direita, mediados por um terceiro partido baseado nas relações de clientela, detentor de uma mobilidade ideológica adaptável às necessidades da conjuntura, podendo contribuir para a estabilização ou para a ruptura do sistema democrático. Na contemporaneidade, esse esquema perdura nas figuras partidárias do Partidos dos Trabalhadores, caracterizado pela demanda popular, o Partido Social Democrata Brasileiro representando os interesses da classe média e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), este último representado pelo centro político e com a característica da flexibilidade política, baseado no clientelismo e migrando tanto da centro-esquerda como para a direita, conforme seus interesses.

O partido de centro esteve na precedência do processo ditatorial, como também na influência da abertura do processo de *impeachment* de Dilma, pendendo a balança para os governos de direita ao passo que fossem atendidos seus interesses. Como consequência, contribuiu para as fraturas democráticas do sistema político nacional.

A segunda parte do livro, “As tragédias do Impeachment”, apresenta três seções. Acompanhando a sequência apresentada, na quinta seção do livro, “Uma vitória de Pirro”, o autor está preocupado em entender e apresentar o processo de reeleição de Dilma e o desenvolvimento do processo de *impeachment*. A vitória de Pirro é a expressão correta para ilustrar a reeleição de Dilma, muito diferente de sua primeira vitória. No contexto em que o ritmo de crescimento econômico estava diminuindo, abriu-se a oportunidade da ascensão da oposição, substituindo a euforia em torno do lulismo por uma acirrada disputa polarizada.

André Singer demonstra como transcorreram as ações da oposição voltadas às tentativas de acordo político com Dilma, como também as investidas para anular as eleições e o processo de abertura do pedido de *impeachment*. Destaca-se a união entre PSDB e PMDB, que como um bloco foram responsáveis pela abertura do processo de *impeachment*. José Serra foi o grande articulador do PSDB junto ao vice-presidente Temer do PMDB e o habilidoso Eduardo Cunha, o qual representou o sistema de chantagem na dinâmica política.

Nesse contexto de articulação para a queda de Dilma, a presidente intensificou sua tentativa de realizar um “ensaio republicano”, ou seja, limitar o esquema clientelista predatório incrustado no aparelho estatal brasileiro. Visando a diminuição dos setores controlados pelo PMDB, ela tentou aumentar o espaço público imune de influências privadas ao iniciar uma rígida investigação de corrupção estatal. Desta forma, Dilma, ao incomodar as bases do governo ancoradas no clientelismo, principalmente o PMDB, fomentava no Congresso uma “sólida frente antirrepublicana, equivalente ao antidesenvolvimentismo na economia” (SINGER, 2018, p. 192).

Na sexta seção do livro, “Dilma por ela mesma”, o autor apresenta quais foram as ações políticas de Dilma em seu segundo mandato e os desdobramentos no cenário político nacional. Ao analisar as decisões políticas de Dilma por meio de suas nomeações ministeriais, por exemplo, Singer esclarece que ao entrar em conflito com a direita e a esquerda simultaneamente junto ao afastamento de Lula, que funcionaria com sua única reserva política, Dilma prejudicou a estabilidade política do seu mandato e do lulismo.

Nesse contexto, Dilma também não conseguiu prever a virada que aconteceria com o processo de investigação de corrupção, a Lava Jato. Mesmo com sua intenção republicana, a Lava Jato, que fazia a caça aos clientelistas, virou-se contra o Partido dos Trabalhadores, somando-se ao conjunto de elementos que orientaram a queda do lulismo. As oposições ao seu governo estavam por todos os lados. Dilma construiu seu próprio isolamento com medidas que não satisfizeram nem a esquerda nem a direita, perdendo apoio popular e político.

A última seção do livro, “Lula, Lava Jato e Temer na batalha final”, é dividida por dois atos e mediada por um epílogo que expõe a trajetória e os desdobramentos da Lava Jato. No primeiro ato é apresentado o percurso final da abertura do processo de *impeachment*, que foi caracterizado por Singer pelo fechamento do diálogo com o PMDB, e os desdobramentos para com o Congresso Nacional e o governo petista.

No segundo semestre de 2015 Dilma retomou a relação política com Lula e acatou algumas mudanças indicadas pelo ex-presidente. Foi orientado a Dilma que reatasse a aliança com PMDB e, como última cartada, a presidente agregou Lula ao seu governo com a intenção de fortalecer sua liderança política. Ainda que Dilma apresentasse uma tentativa de diálogo com o presidente da câmara dos deputados, que era investigado por contas bancárias na Suíça, Eduardo Cunha, do partido citado, representava uma ameaça na medida em que ele detinha o poder de abertura do processo de *impeachment*. Dilma e Cunha duelaram politicamente em uma arena na qual um era acusado de crime de responsabilidade e outro de quebra de decoro e corrupção, respectivamente. Nos bastidores a presidente iria frear o pedido de cassação de Cunha e o deputado não abriria o processo de *impeachment* (WESTIN, 2017 *apud* SINGER, 2018, p. 226).

Singer aponta o que poderia ser um dos momentos em que Lula perdeu o controle do PT. O presidente do PT, Rui Falcão, ao declarar que confiava nos deputados do PT que compunham o Conselho de Ética para que votassem a abertura do processo contra Cunha acabou por ruir qualquer chance de acordo político entre o governo e a oposição. Ao passar por cima das orientações de Lula, o Partido dos Trabalhadores inflou Eduardo Cunha, que, em seguida, abriu o processo de *impeachment* contra Dilma. “Cunha decidiu levar Dilma junto, calculando que, posteriormente, teria algum benefício em nome dos ‘serviços prestados’ ao antilulismo” (SINGER, 2018, p. 264). Por fim, o PMDB, na figura de Michel Temer, insinuou o golpe institucional na publicação de sua carta aberta a Dilma.

Por fim, Singer afirma que a vitória de Dilma nos dois mandatos e a de Haddad na prefeitura de São Paulo expressavam a potência eleitoral do lulismo e da figura de Lula. Já o *impeachment* foi uma forma de a oposição provar à nação que o campo popular era incapaz de governar, rompendo com toda a construção política do lulismo.

Recebido em 17/07/2019

Aprovado em 30/08/2019

